

OUTROS MAPAS: IMPACTES SOCIO-CULTURAIS E ANTROPOLOGIA DE URGÊNCIA

por

Paulo Castro Seixas*

1. O MAPA E O TERRITÓRIO

Um mapa é sempre uma apropriação abstracta e limitada de um território vivido. Um mapa nunca será suficientemente grande para abarcar as vivências ilimitadas de um território e, no entanto, no projecto moderno é fulcral a redução contínua e exaustiva das diferenças vividas numa universalidade mapeada. A apropriação e transformação de vivências ilimitadas em códigos limitados e abstractos fez-se primeiro em explosão, marcando e abstraindo grandes espaços e espaços longínquos, mas quando todos os espaços se reduziram a um único mapa abstracto de ideias simples e claras começou a implosão mapeadora. O século XX é o que viu frutificar esta implosão feita de conquista de pequenos espaços longínquos (os mais recôndidos lugares das florestas tropicais, os cumes das mais altas montanhas, os polos, as profundezas dos oceanos e a estratosfera) a que se seguia a sua mapeação geográfica, biológica, sociológica e antropológica. E o século XXI será, certamente, o da implosão total, feita da conquista e apropriação dos pequenos espaços que nos são próximos, numa expropriação de nós mesmos num qualquer conjunto de códigos universalizantes.

O mapa é uma das mais evidentes relações entre o saber e o poder. Mapeia-se um espaço quando se pretende conquistá-lo integralmente e o próprio acto de o mapear é já, em si mesmo, a evidência de um poder discriminatório e totalitário que reduz um território vivido às referências tomadas como pertinentes à apropriação a efectuar por um determinado grupo. A objectividade *científica* moderna de um mapa é, assim, apenas a de um determinado grupo social hegemónico que tem

* Universidade Fernando Pessoa, Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

o poder económico, social e/ou simbólico de inscrever, e de legitimar, actos de conquista sobre o território e a vida de outrem. A mapeação coloca-se, assim, como um problema socio-político em que as estratégias de objectivação – científicas ou outras – têm que, obrigatoriamente, ser polemizadas num quadro pluralista, sem o que um quadro político aparentemente democrático nacional usará constantemente os poderes simbólicos ao seu alcance para legitimar imperialismos fascistas territoriais de carácter regional, local e organizacional.

É neste duplo quadro histórico e socio-político que se impõe de forma premente uma reflexão crítica sobre a implosão imperialista de mapeações totalitárias que vai dos planos urbanísticos – cada vez mais com planos de pormenor – às avaliações dos impactes ambientais e em que, sob a legitimação da *autoritas* das figuras científicas normalmente do Geógrafo, do Arquitecto e do Engenheiro, se legitimam os mais diversos interesses económicos, sociais e políticos. Esta reflexão crítica implica à partida uma resistência tendo em conta os pressupostos já considerados, resistência essa que contrarie o projecto moderno na sua aparente inelutabilidade, que oponha o vivido ao mapeado e que imponha uma lógica pluralista contrapondo ao mapeamento fascista e imperialista único e fechado, uma pluralidade, de mapas construídos em participação a partir das lógicas abertas e do vivido.

A Antropologia, em função da sua preocupação com a produção de sentido interna a um determinado grupo social, pode ser, ao menos, um lugar de partida quer da reflexão crítica quer da resistência necessária à valorização do vivido ao mapeado, do próprio ao expropriado, do situado ao dessituado, do autor à *autoritas*. Não há aqui a ingenuidade de se pressupor a figura do Antropólogo como a de um libertador por oposição à do Geógrafo, do Arquitecto ou à do Engenheiro, acredita-se tão só que a figura do Antropólogo pode atentar, activar e apalavrar interesses que, notoriamente, procuram expressar-se na esfera pública mas não o têm conseguido por ausência de uma linguagem científica legítima que se apresente como alternativa em diálogo à linguagem do Geógrafo, do Arquitecto e do Engenheiro. O mesmo é dizer que, se a nossa sociedade é uma *sociedade de risco*¹ porque cada vez é maior a distância entre o indivíduo e os sistemas abstractos e se temos linguagens científicas que se colam aos sistemas abstractos ou aos interesses que os constituem, necessário se torna que haja linguagens científicas que se colem aos indivíduos e aos seus interesses. É neste sentido que onde quer que haja Geógrafos, Arquitectos, Engenheiros e mapas – só aparentemente

¹ Remeto aqui para toda uma produção reflexiva que Beck (1992); Douglas (1982, 1994); Giddens (1994 e 1996); Giddens, Beck e Lash (1997) têm vindo a fazer, assim como para aplicações práticas no âmbito da Antropologia no sentido de estudar os impactes concretos de uma sociedade tecnológica de risco, como nos estudos de Stoffle (1991) e Mairal Buil (1993 e 1994), entre outros.

não militares² – deveria sempre haver Antropólogos.

Ensaia-se, de seguida, uma leitura da resistência que se propõe, tendo como base uma visita de terreno para avaliar dos impactes socio-culturais de duas mini-hídricas no rio Ulla em Palas de Rey, na Galiza. Serve este caso empírico para aventar a possibilidade de um novo instituto legal, um Direito à Integridade Socio-Cultural da Paisagem³, sendo os detentores de tal direito os habitantes do local a ser afectado por uma qualquer proposta de alteração paisagística. Este Direito à Integridade Socio-Cultural da Paisagem passaria pela consagração de um património paisagístico que compreendesse o respeito por um património de posse e usufruto, por um património cognitivo, por um património emocional, por um património de sociabilidades e por um património cultural, enfim, o respeito por outros mapas. Pretende-se também que este texto possa servir de guia a uma Antropologia de Urgência dos Impactes Socio-Culturais face a intervenções de produção de espaço, evidenciando as diferentes áreas de impacte, propondo metodologias de análise, assim como metodologias de avaliação dos riscos, de forma a impedir ou minorar possíveis resultados críticos (cf. Quadro I).

2. A PAISAGEM⁴ COMO PATRIMÓNIO DE POSSE E USUFRUTO

A Parada das Bestas, uma casa de turismo rural, foi o lugar de ancoragem da visita que antropólogos portugueses e galegos fizeram a convite de uma associação local, a *Ordem das Donas e Cabaleiros do Priorato de Vilar das Donas* (ou simplesmente, *Asociación Os Lobos*) e pelo *Coordenador de Afectados*, para

² Yves Lacoste (1977) é muito claro quando afirma que a Geografia serve essencialmente para fazer a guerra, seja ela, militar, política, económica, etc. O “saber estratégico nas mãos de alguns” que a Geografia é, é-o também a Arquitectura e a Engenharia enquanto autoria e *autoritas* consagradas legalmente na construção do espaço. Enquanto esta autoria e *autoritas* não for partilhada e participada a paisagem humana existirá sob o poder de uma ditadura técnica.

³ Este texto escreve-se no momento em que está em discussão pública uma nova proposta legislativa sobre impactes ambientais e sua avaliação (Site do Ministério do Ambiente). Apesar de nessa proposta se definir a AIA (Avaliação dos Impactes Ambientais) como a “recolha e reunião de dados e processo de identificação e previsão dos efeitos ambientais de determinados investimentos na qualidade ambiental, na produtividade dos recursos naturais e *no bem estar do Homem...*” (artº 2º), a verdade é que os elementos mínimos para a realização de um EIA (Estudo de Impacte Ambiental) (anexo c) não incluem nenhum item relativo às consequências socio-culturais da desintegração de uma paisagem e a sua substituição por outra. A paisagem, enquanto olhar socio-cultural sobre o ambiente, não parece, assim, ter sido tida suficientemente em conta nesta proposta legislativa. Este texto serve, assim, também para que se saiba o que se pode entender por paisagem, enquanto construção socio-cultural, e estimular o seu respeito em futuros EIA.

⁴ A noção de paisagem entende-se ao longo deste texto como a representação do território vivido pelo crivo da sociedade e da cultura, como o olhar dinâmico que unifica e que, portanto, é construtor de identidades (cf, por exemplo, a este propósito o uso da noção de paisagem em Filomena Silvano, 1997).

avaliar do impacte socio-cultural da instalação de diversos “encoros” (mini-hídricas) no rio Ulla, na região de Palas de Rey.

O lugar de onde se partia e onde se chegava no final do dia, depois de nos mostrarem a paisagem que era a sua casa, era também ela uma casa-paisagem, espelho do que de melhor a região tinha para oferecer ao visitante. Era uma casa urbana que evidenciava, pelo menos em parte, o regresso de Bilbao, onde nasceu, de um filho de emigrado galego no País Basco. O aquecimento central, os sofás, as revistas e jornais por sobre a mesa e o interior dos quartos evidenciavam um conforto e uma estética notoriamente citadinas que confrontavam a lareira tradicional, a nudez da pedra, a rudez maciça da madeira de castanho e um certo despojamento mobiliário de uma ruralidade *clean*. Do lado de fora, os passeios, de pedra bem aparelhada, enquadravam um largo rectângulo relvado onde se encontrava colocado no centro um pote de barro inclinado e semi-enterrado numa espécie de evocação arqueológica. Era um simulacro rural feito por um urbanita para a satisfação dos desejos rurais de outros urbanitas. E, no entanto, não havia conflito entre a casa e a paisagem que a envolvia: a paisagem rural *autêntica* servia como enquadramento necessário ao *simulacro* e este era uma nova interpretação da paisagem feita ali à medida dos gostos dos de fora... mas também dos dos galegos que, mesmo quando vão para a cidade, teimam em não deixar o campo.

Se *A Parada das Bestas* é uma nova casa na paisagem, já a “casa de Carlos” é antes uma velha casa na paisagem. A “casa de Carlos” foi, de facto, o destino da nossa primeira visita à região. Não deixa de ser estranho que uma visita organizada por locais, para se avaliar os impactes socio-culturais de duas mini-hídricas num pequeno rio, nos conduza primeiro a uma casa “paceña” em Pidre que data do século XIV e cuja capela a antecede em dois séculos. A mesma família vive, pelo menos, há seis séculos naquela casa e foi certamente essa continuidade na paisagem que fez dela a nossa primeira paragem. De facto, tratava-se de uma casa de família enorme, com um aspecto exterior que devia manter desde há séculos e com um interior que tinha sido musealizado, para usufruto familiar, por um homem que, tal como o dono de *A Parada das Bestas* apesar de doutro estrato social, tinha uma vivência urbana e rural pois era médico e a sua vida alternava entre Lugo e Pidre. Há cinquenta anos atrás, quando se resolveu a fazer obras na casa, ao invés de a urbanizar, manteve-a como casa rural solarenga com um certo ar *kitsch*, em que se misturam a manutenção ou mesmo recuperação de elementos típicos de casa rural (todo o complexo cultural dos quartos e da lareira, com o trasfogueiro, as panelas, os bancos em volta, a capoeira...) com móveis oriundos dos Estados Unidos e peças doutras origens cuja história já se perdeu... Ao longo de cinquenta anos a casa foi investida de uma certa musealização monumentalizadora para usufruto familiar no Natal e na Páscoa, altura em que toda a família

lá se reúne tomando posse e presentificando o seu próprio passado, espelhado aliás num quadro bucólico-burguês por cima do sofá da sala em que toda a família nos olha num relvado com as vacas e a casa como cenário.

Estes foram os primeiros topos da visita e julgo não estar errado ao interpretar uma profunda ligação entre eles por um lado e, por outro, um jogo de espelho entre estas concepções de casa e as concepções da paisagem. A visita tinha sido organizada por rurbanos, quer fossem regressados à terra dos pais, quer tivessem ali ainda a casa dos avós, quer tivessem ali nascido mas trabalhando ou tendo já trabalhado na cidade. Era também este carácter rurbano de classe, aparentemente ali cada vez mais hegemónico, que lhes possibilitava de alguma forma a liderança de um movimento social de contestação que agregava universidades, a televisão e a imprensa. As duas casas que visitáramos eram assim excelentes argumentos que retratavam uma determinada concepção rurbanita da paisagem. De formas diferentes, as próprias casas tinham sido transformadas em paisagens, no sentido de espaços de contemplação e vivência de um determinado espaço-tempo rural imaginário, e o direito conquistado de posse e usufruto daquelas casas-paisagens era o espelho do direito que acreditavam ter de posse e usufruto da paisagem que envolvia as próprias casas e que agora viam ameaçado. E será que estes guardiões da paisagem não devem ver respeitado essa pretensão de posse e usufruto da paisagem? É característico de qualquer local um sentimento de posse e usufruto da paisagem despossuído do qual a própria identidade local pode entrar em crise, havendo o risco de uma sensação de expropriação ou deslocalização. Será que os custos dessa expropriação de que são vítimas não devem ser tidos em conta?

3. A PAISAGEM COMO PATRIMÓNIO COGNITIVO

A visita continuou e, de uma forma espontânea, aqueles que não eram locais deixaram os seus carros n' *A Parada das Bestas* e seguiram aqueles que tinham um saber praticado do mapa mental da zona. Nestas situações quem não é local deixa-se guiar por quem sabe e, mesmo seguindo no mesmo carro e fazendo os mesmos trajectos, os caminhos são muito distintos entre aquele que sabe por onde e para onde vai e aquele que, deixando-se guiar, não vê senão estradas e paisagens que parecem repetir-se pela ausência de sentido que destrince os diferentes locais no espaço abstracto. Por vezes o carro-guia parava e, logo atrás, paravam também os outros que rapidamente buscavam e descobriam na paisagem envolvente a razão de tal paragem. Para os não locais a leitura imediata era impossível, despossuídos de qualquer mapa mental local cabia-lhes apenas uma atitude de passividade expectante. Por vezes, mesmo depois de elucidados acerca do porquê da paragem, falta muitas vezes ao não-local todo um contexto cultural específico

que lhe permita compreender a importância do que lhe pretendem mostrar. A paisagem só existe em função de um olhar e esse olhar feito de memória, de emoções, de relações e de valores cimentados no tempo não é traduzível em palavras. É todo um património cognitivo ao qual as palavras tiram sentido e, no entanto, apenas podemos dar-lhe sentido apalavrando-o. A metodologia apropriada é aqui a da descrição/desenho dos mapas mentais e das práticas espaciais pelos próprios locais⁵, sempre suportados por uma observação-participante que evidencie os referentes proxémicos chave, ou seja, aqueles que se constituem como a própria memória viva vertida em praxis espaciais quotidianas constitutivas da própria construção mental do mapa.

Em dois intensivos dias de visita e não contabilizando as horas das refeições, foi mais o tempo que andámos de carro de um lado para o outro do que o que estivemos parados vendo alguma das referências da imaginabilidade paisagística local. E ainda assim era visível uma sensação de frustração nos organizadores locais por não nos terem mostrado mais coisas, enfim, por não termos andado ainda mais. O urbanita enculturado está habituado a não atribuir muito sentido à deslocação de carro em si mesma, sendo esta uma espécie de túnel escuro e sem sentido entre dois pontos luminosos e plenos de sentido, mas esta proximidade não pode aqui ser aplicada. Aqui, a viagem de carro era uma forma compulsiva e engolfante de fazer-ver ao estranho um mapa cognitivo que qualquer local percorria em segundos. Era essa a ânsia, a mensagem e, ao mesmo tempo, a frustração de não a conseguir traduzir nem no filme que fizeram passar, nem pela descrição da zona, nem pelo percurso automóvel. Ao não-local falta o tempo de posse e o usufruto do espaço para o transformar em imaginabilidade paisagística própria numa abrangência de sentido.

Estas viagens de carro, características também de uma certa antropologia de urgência, surgiam ao antropólogo como a tentativa de transmissão de uma imaginabilidade paisagística em risco. A identidade de um local é função de uma relação de mesmidades no tempo, resultante de referentes de orientação proxémica estáveis no espaço, que o olhar pessoal e colectivo sobre esse mesmo território produz. Assim, transformar um território é interferir no património cognitivo paisagístico e pôr em causa as relações de orientação proxémica entre o indivíduo, a colectividade e o território, relações essas que são responsáveis pelo equilíbrio do ecossistema bio-económico mas também socio-cultural. Continuamos a perguntar, será que os riscos de uma desorientação proxémica, e mesmo de um desequilíbrio identitário como resultado daquela, não deverão ser tidos em conta?

⁵ Remete-se aqui especificamente para o trabalho de Lynch (1982) mas também para toda uma tradição de antropologia cognitiva que desenvolveu uma imaginabilidade paisagística.

A imaginabilidade paisagística é um magma representacional dinâmico, pessoal e, ao mesmo tempo, colectivo consoante se trate de um património de emoções, de um património de sociabilidades ou de um património cultural; e são essas sobreposições da imaginabilidade paisagística que se terão em conta nos próximos pontos.

4. A PAISAGEM COMO PATRIMÓNIO EMOCIONAL

É, evidentemente, bastante difícil, na espécie de desenho fractal que a imaginabilidade paisagística constitui e nas ancoragens múltiplas e labirínticas da mesma, encontrar o fio que nos conduza a um património paisagístico emocional. E, no entanto, a sua existência é inelutável. Há, sem dúvida, uma ecologia das emoções que contribui para a *shemata* paisagística que possuímos e que nos possui, só que este imaginário individual da paisagem imiscui-se com um imaginário de sociabilidades e com um imaginário cultural em mapas fractais paisagísticos diversos que, aqui e ali, como as impressões digitais, têm elementos comuns. Por vezes, no entanto, sabemos que uma ecologia das emoções se sobre põe e esta é mais uma sabedoria que se sente e se empatiza do que uma sabedoria que se infira, induza ou deduza de uma forma científica tradicional. É necessário deixar-nos ir com os outros num método de observação-participante que privilegie a *deriva* espacial aparentemente sem sentido⁶ e a compreensão empática para percebermos ao fim de algum tempo – maior ou menor, dependendo da relação que se cria – que estamos de repente no terreno íntimo do outro, no terreno das confissões, nos lugares sagrados de uma liturgia espacial própria. É aí, nessa trama do labirinto topográfico em que o indivíduo se confunde emocionalmente com a paisagem, que encontramos o património paisagístico emocional que devemos apalavrar.

Foi talvez a parte da visita em que mais andámos a pé e não acredito ter sido por acaso pois a paisagística emocional não se adequa muito bem à velocidade e ao isolamento da carapaça automobilizada. A ligação emocional à paisagem implica, as mais das vezes, uma ligação corporal directa à mesma, uma ligação corporal de tal forma que se sinta uma união entre a alma e o corpo, como se a paisagem fosse um útero, um ninho ou uma concha⁷. Depois de tanto andarmos

⁶ A deriva espacial, ou seja, o deixar-se levar pelas retóricas constitutivas da paisagem, enquanto relação de cumplicidade complexa entre o indivíduo, a sociedade, a cultura e o território, parece ter a sua origem em Walter Benjamin e Michel de Certeau. Ver a este propósito Neves (1998).

⁷ Utiliza-se aqui algumas das metáforas da relação poética com o espaço retratadas por Bachelard (1993).

de carro e depois de termos visto o rio ao longe, finalmente chegámo-nos a ele e começamos a caminhar na sua margem. A paisagem emocional é aquela que alguém sentiu ou sente como próxima e levar-nos nesses percursos iniciáticos de caminhos secretos, de pedras e sombras confidentes, de ruídos ao mesmo tempo de fora e de dentro, é partilhar segredos. Foi Marcial que nos levou pelas pedras à beira rio junto do Castelo de Pambre num final de tarde enquanto nos ia falando das sombras e da humidade, dos vimieiros, dos *arranha-cus*, da sensação de andar descalço pelas pedras, dos banhos de rio, das pescarias... enfim, apenas retalhos de uma unidade entre o corpo e a paisagem que não se pode contar mas que apenas se pode construir ao longo do tempo. E nós não tínhamos tempo porque já escurecia...

Compreendi que o rio era elemento chave de uma paisagem emocional para muitos dos que com ele foram convivendo e passando os dias, os meses e os anos. O medo era o de perder o som contínuo das águas, as sombras e a humidade das margens, o gosto das pedras sob as plantas dos pés nus... O medo era de perder o rio e perder o rio era perder uma parte do próprio corpo, uma parte da própria alma. Não há mapas de geógrafos, plantas de arquitectos ou esquemas de engenheiros que codifiquem tal mapa emocional e, no entanto, acredito que todos os geógrafos, arquitectos e engenheiros já tenham sentido essa emoção paisagística de que falo. Como se contabiliza um rio que se perde? Não se contabiliza, sente-se, e enquanto formos humanos, não haverá contabilidade possível para quando se perde uma parte do corpo ou uma parte da alma. Para o risco de desorientação emocional que a perda e o luto de uma paisagem podem provocar, só há compensações e elas são sempre pobres face ao que se perdeu.

5. A PAISAGEM COMO PATRIMÓNIO DE SOCIABILIDADES

Os territórios são cenários de sociabilidades mas as paisagens que a partir deles se constróem são, elas próprias, geradoras de sociabilidades. Olhar um território como um conjunto de lugares unidos num todo, sobre o qual se exerce uma posse e um usufruto, é inscrever nesses mesmos lugares a construção de memórias e expectativas de sociabilidades diversas. Tal qual em relação aos mapas emocionais, também os mapas de sociabilidades são imagens fractais, diferentes de pessoa para pessoa e, no entanto, de uma forma mais evidente do que em relação aos mapas emocionais, é possível encontrar elementos comuns nessa imaginabilidade social paisagística. Não se trata já de uma relação privilegiada e íntima entre uma pessoa, porventura duas, e o território produzindo referentes paisagísticos emocionais, mas sim de relações de várias pessoas entre si e com o território, que marcam determinados pontos neste último como elementos paisagísticos sociais de

relevo. Já não é necessária aqui uma metodologia da deriva, da empatia e da confissão paisagística mas sim uma metodologia da sociometria e da análise de redes que evidencie os locais territoriais que emergem como paisagens centrais de sociabilidades⁸. Parece-me podermos pensar essencialmente em duas técnicas de produção de tais mapas, por um lado tomando as pessoas e as suas relações como pontos de partida para chegar aos locais territoriais onde mais se repetem determinados tipos de relações (de trabalho ou de lazer; de parentesco, de amizade ou de mero conhecimento) ou partindo de pontos seleccionados aleatória ou tipicamente num determinado território para, a partir deles, fazer falar memórias e expectativas de sociabilidades várias.

A zona dos rios Pambre e Ulla congrega inúmeras memórias de sociabilidades que se pegam a determinadas paisagens. É o tempo da caça, o tempo da pesca, o tempo da rega dos campos, são os passeios em canoa com os amigos, são as margens e os trilhos como cenário de percursos a pé ou de corridas de lazer, são os banhos no Verão em que o rio serve de ponte em sociabilidades de família ou amigos e de meros conhecidos... Não se trata, no entanto, apenas de memórias e expectativas cíclicas de sociabilidades domésticas ou locais. É evidente que os rios são elementos-chave neste caso, em particular na paisagem de sociabilidades, geradores ao longo do ciclo anual de pontos de encontro ou espaços-ponte⁹ que possibilitam o cimentar de relações numa cronogeografia de intercepções locais necessária como lubrificante social. Mas estes rios, como noutros territórios outros elementos, funcionam também como pontes que fazem a ligação entre os locais e os estranhos, numa espécie de vasos comunicantes entre o dentro e o fora, enfim numa espécie de espaços-ponte translocais. A memória e a expectativa dessa função de ponte está inscrita nas próprias águas agitadas do rio Ulla que vêm chegar gente de fora no tempo da pesca ou canoistas italianos que no inverno vêm os seus rios gelados para a prática de tal desporto. Memória e expectativa de espaço-ponte inscrevem-se também nas ruínas do Balneário de Frádegas que visitámos. Este balneário, rico em águas termais férreas, ainda há 30 anos era um lugar vivo de gente onde acorriam os de fora e é sobre esta memória

⁸ Para uma análise mais aprofundada destas metodologias ver, entre muitos outros, Hannerz (1983: 209-253); Degenne e Forsé (1994); Bastin (1980).

⁹ O termo “espaço-ponte” foi tomado de empréstimo de Teresa del Valle (1997: 164-167), não sendo no entanto usado aqui exactamente com o mesmo significado, ainda que existam algumas sobreposições. Usei aqui o termo espaço-ponte na evocação do conceito de “nó” na análise de redes ou na de “cruzamento” no método de imaginabilidade urbana de Lynch (1982: 35). De facto, os significados que atribuo a espaço-ponte congregam, de certa forma, a ideia de cruzamento enquanto elemento na paisagem que se constitui como foco organizador, a de nó enquanto convergência de vectores relacionais e a de espaço-ponte enquanto processo ao mesmo tempo de ancoragem identitária e de transformação-criação.

recente que agora se constrói a expectativa – que as mini-hídricas fazem recluir – de uma reconstrução das termas. Espaço-ponte ainda são as próprias casas de turismo rural que vivem da relação entre os de dentro e os de fora em função de uma economia da memória e expectativa de uma paisagem *natural*.

Torna-se necessário, assim, ter em conta todos os espaços-ponte de um mapa da paisagem de sociabilidades quando se intervém sobre um território. Destruir espaços-ponte locais ou translocais significa interferir profundamente nos locus de lubrificação social que possibilitam que a sociedade, na interacção comunicante, se constitua enquanto sociedade. A destruição de espaços-ponte tem assim fortes custos socio-culturais e, apesar de se poder readaptar espaços-ponte ou mesmo formar novos espaços-ponte, tal antropologia aplicada é difícil e morosa.

6. A PAISAGEM COMO PATRIMÓNIO CULTURAL

Tornou-se prática algo comum que, na expectativa de transformação de um espaço, aqueles que se lhe opõem procurem investir nos lugares culturais desse espaço o poder de obstaculização de tal intervenção. Esta prática monumentalizadora de elementos de carácter arqueológico, histórico e/ou etnográfico, por vezes insignificantes, inconsistentes ou até falsos, explica-se pela força e, ao mesmo tempo, pela fraqueza que a cultura parece ter vindo a adquirir na luta contra os interesses puramente económicos. Digo força e fraqueza porque, ao mesmo tempo que em termos ideológicos a ideia de cultura tem vindo a ganhar uma energia capaz de criar movimentos sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais, os porta-vozes das disciplinas da cultura ou das humanidades têm contribuído muito pouco em termos práticos na criação ou tão só no auxílio a esses movimentos. De facto, envolvidos as mais das vezes em questões teóricas de tipo medievo e dominados por uma cada vez maior competição interna em termos de conquista de poder académico, raramente levantam os olhos do seu autismo para olharem pela janela e encararem de frente o mundo exterior. A crítica à estreiteza da definição prática e com eficácia legal de cultura passa ao lado das disciplinas da cultura que acabam por aceitar, senão explícita ao menos implicitamente, que a cultura se reduz a mamoas, castelos em ruínas ou outros quaisquer exemplos similares.

A vivência num território ao longo de gerações gera a construção, a posse e usufruto de paisagens que se vão cimentando em torno de um mundo de objectos, um mundo de situações e um mundo de signos. Este é que é o verdadeiro mapa cultural local que é importante revelar, e não um conjunto mais ou menos ruinoso de elementos monumentalizados em função de quaisquer critérios externos às vivências locais. A metodologia que aqui se pode empregar não é nem a

da deriva empática relativa à análise do património paisagístico emocional, nem a sociometria e análise de redes relativa ao património paisagístico de sociabilidades, mas sim uma metodologia de levantamento cultural com base em guiões de entrevista e inquérito por questionário. Tendo em conta que o mundo de situações terá sido mapeado na paisagística de sociabilidades, resta basicamente uma análise que evidencie um mundo de objectos e um mundo de signos colectivamente investidos de fortes significados comuns, ou aquilo que se tem também chamado cultura material e cultura imaterial.

Na visita que empreendemos, vários elementos da paisagem nos foram sendo mostrados na esperança de que uma valorização cultural da zona pudesse constituir uma arma face à intervenção. Parámos umas duas vezes para nos apontarem umas quantas mamoas que só provavelmente um especialista poderia confirmar; vimos o Balneário de Frádegas do qual já falei e que poderia ser alagado; passeámos depois perto do castelo de Pambre que veria talvez uma parte da sua área envolvente também alagada; falou-se dos “sendeiros” (caminhos ao longo da margem) que poderiam desaparecer; referiu-se a perda de alguns dos sistemas de rega; apontaram-nos antigos moinhos que poderiam desaparecer sob as águas ou deixar de ser compreensíveis na sua função por ausência de água; falou-se de pontes que desapareceriam... E à volta de todos estes elementos materiais da paisagem, pertença do património cultural colectivo, imensas histórias se constróem num imaginário colectivo também em perigo.

É este património cultural, material e imaterial, de uma paisagem local comum, que é preciso mapear aquando de uma qualquer possibilidade de intervenção e não o pequeno número de elementos classificados como património por outrem à distância de uma qualquer secretária. Destruir elementos materiais e imateriais de uma cultura é destruir o que gerações demoraram a construir como argamassa simbólica comum e os custos da destruição de uma cultura são tão só os custos de uma desumanização.

7. TOPOCÍDIO E TOPOGÉNESE: CRÍTICA À EXTERNALIZAÇÃO DE CUSTOS DO PROGRESSO

“Não há direito que o benefício de uma empresa possa prevalecer sobre o interesse geral” – disse um dos presentes numa reunião de vizinhos em que se discutia a intenção da FENOSA (empresa de Electricidade) de construir as duas mini-hídricas no Alto Ulla. Este desabafo indica a difícil, senão impossível, concepção do capitalismo como um humanismo. O capitalismo, enquanto processo imperialista de acumulação de capital por um pequeno grupo social, fez-se em função de uma contínua produção do espaço por processos de topocídio e de

topogénese¹⁰ cujos custos foram constantemente externalizados no Outro, quer dizer no não capitalista. Assim, o ambiente, os camponeses, os operários, os povos colonizados e pós-colonizados foram constantemente vítimas que custearam a acumulação de capital por parte de uma minoria. O século XX, ao propiciar processos de maior distribuição de rendimentos, tornou os beneficiários do progresso em maior número mas, ao mesmo tempo, a flexibilidade do investimento e acumulação de capital¹¹ aproveitando os pequenos diferenciais de custo-benefício que os diversos lugares do planeta propiciam, tornaram-nos a todos potenciais vítimas, num momento ou noutro, sobre quem vai pesar a externalização de custos que a acumulação de capital sempre tem implicado. A legitimação de tal externalização de custos, ou seja, do sofrimento de uns em função de um pretenso interesse geral ou progresso, tem sido construída em toda a época moderna pelo cientificismo¹². A consciência desta situação deve implicar uma atenção crítica a todo o processo de produção do espaço pois ele implica quase sempre acumulação de capital por expropriação e uma atenção crítica aos próprios processos científicos de legitimação de tal produção do espaço.

Por um lado, a produção do espaço tem, obrigatoriamente, de caminhar para uma vertente mais cooperativa em que não haja uma concepção de um lado de fora (ambiental ou humano) no qual se possa externalizar os custos de um qualquer investimento; por outro lado, as análises dos custos de uma determinada produção espacial têm, obrigatoriamente, de ultrapassar o reduccionismo de um determinado racionalismo ambiental e económico para abarcarem os custos socio-

¹⁰ O conceito topocídio significando a aniquilação deliberada de lugares terá sido proposto pela primeira vez num estudo do geógrafo britânico Porteous em 1988 sobre a cidade portuária inglesa de Howdendyke. Porteous ter-se-á inspirado nos conceitos de topofilia e topofobia propostos em 1974 por Yi Fu Tuan. Por outro lado, Osvaldo Amorim Filho utilizou o conceito de topocídio em 1996 num estudo sobre Minas Gerais para descrever a “degradação e aniquilamento de paisagens, lugares, construções e monumentos valorizados” (1996: 146), propondo ao mesmo tempo o conceito de toporeabilitação. Parece-me, no entanto, que ao conceito de topocídio tem antes que corresponder o conceito de topogénese, independentemente desta poder ser toporeabilitadora ou topoinovadora. A produção do espaço constitui-se pela destruição e criação de lugares, independentemente do seu carácter.

¹¹ Todos os analistas marxistas parecem concordar que o estudo do capitalismo passa por uma compreensão dos mecanismos de acumulação do capital (Gottdiener, 1993: 93). David Harvey, a partir dos efeitos da compressão espaço-tempo nas esferas da produção, distribuição e consumo, afirma que a acumulação flexível do capital nas sociedades capitalistas avançadas tem uma grande sensibilidade aos diferenciais de mais-valias que os lugares possibilitam no espaço resultando assim numa contínua, acelerada e fragmentária produção e destruição de lugares (Harvey, 1991: 285-307). É esta constante reengenharia dos lugares que apela para uma atenção de vigilância antropológica cada vez maior.

¹² Chamo aqui cientificismo ao carácter ideológico que a Ciência em geral tem adoptado ao longo da época moderna enquanto discurso legitimador da metanarrativa do progresso, quer este se apresente segundo uma ética protestante do carácter redentor das obras, segundo uma ética socialista da imaginabilidade de uma sociedade sem classes ou segundo uma ética liberal da conquista do sucesso individual como forma de sucesso colectivo.

-culturais entendidos como neste artigo, de forma ainda rude, se propôs. Só num capitalismo selvagem o progresso de uns se faz à custa dos outros, um capitalismo humanista – se é que tal pode existir¹³ – implica uma acumulação cooperativa de capital em prol de todos, numa análise não só ecológico-económica mas também socio-cultural dos custos de tal produção espacial em que outros mapas, emocionais, de sociabilidades e culturais possam ser tidos em conta.

¹³ É de certo modo curioso que analistas partilhando uma posição reflexiva crítica face ao capitalismo avançado tenham, no entanto, perspectivas relativamente diferenciadas. Um exemplo bem recente pode constatar-se com a vinda a Portugal, mais ou menos simultaneamente, de Emmanuel Wallerstein e de Ignacio Ramonet. Wallerstein considera que a globalização é uma ideologia recente que retrata uma situação que é estrutural a todo o sistema capitalista desde 1450 e que é o da economia mundo como base do sistema-mundo. Indicia-se mesmo no discurso de Wallerstein que essa ideologia da globalização é mais forte porque o próprio sistema-mundo capitalista começa já a desmoronar-se, indicando Wallerstein modelos alternativos de acumulação de capital (não económico) a ter em conta no futuro como as universidades e os hospitais. Ramonet considera, por seu lado, a década de 90 como a “década da globalização”, de um capitalismo financeiro globalitário em relação ao qual é necessário resistir, propondo Ramonet que se constitua uma ONG para gerir 0,1% das transações do mercado financeiro global, o suficiente para fazer desaparecer a pobreza em que vive cerca de metade da humanidade. Aí estão duas formas bastante diferentes, entre outras que haverá, de criar um capitalismo humanista ou de, pelo menos, humanizar o capitalismo actual na expectativa de outro sistema.

QUADRO I
Antropologia de Urgência dos Impactes Socio-Culturais:
Análise e Avaliação dos Riscos

Impacte Socio-Cultural	Metodologia de análise	Riscos a Avaliar		Resultado Crítico
Posse e usufruto da Paisagem	Observação-participante; Mapas Mentais	Deslocalização		Crise Identitária Local
Património Paisagístico Cognitivo	Observação-participante; Mapas Mentais, Práticas Espaciais	Desorientação Proxémica	Despersonalização	
Património Paisagístico Emocional	Observação-participante; Deriva Espacial e Compreensão Empática	Desorientação Emocional		
Património Paisagístico de Sociabilidades	Sociometria e Análise de Redes	Dessocialização		
Património Paisagístico Cultural	Levantamento Cultural (cultura material e imaterial)	Desculturação		

LEITURAS DE SUPORTE E DESENVOLVIMENTO DA PROPOSTA APRESENTADA:

- BACHELARD, GASTON (1993) - *A Poética do Espaço*, São Paulo: Martins Fontes.
- BASTIN, GEORGES (1980) - *As Técnicas Sociométricas*, Lisboa: Moraes editores.
- BECK, ULRICH (1992) - *Risk Society. Towards a New Modernity*, London: Sage.
- DEGENNE, ALAIN e FORSÉ, MICHEL (1994) - *Les Réseaux Sociaux. Une Analyse Structurale en Sociologie*, Paris: Armand Colin.
- DEL VALLE, TERESA (1997) - *Andamios para una nueva ciudad. Lecturas desde la antropología*, Madrid: Cátedra, S.A.
- DOUGLAS, MARY & WILDAVSKY, A. (1982) - *Risk and Culture: an Essay on the Selection of Technological and Environmental Dangers*, Berkeley: Univ. of California Press.
- DOUGLAS, MARY (1994) - *Risk and Blame – Essays in Cultural Theory*, London and New York: Routledge.
- FILHO, OSWALDO BUENO AMORIM (1996) - “Topofilia, Topofobia e Topocídio em Minas Gerais” in Vicente del Rio e Lúvia de Oliveira (Orgs.) *Percepção Ambiental: A Experiência Brasileira*, São Paulo: Studio Nobel.
- GIDDENS, ANTHONY (1996) - *As Consequências da Modernidade*, Lisboa: Celta.
- GIDDENS, ANTHONY (1994) - *Modernidade e Identidade Pessoal*, Lisboa: Celta.
- GIDDENS, ANTHONY, BECK, ULRICH e LASH, SCOTT (1997) - *Modernização Reflexiva. Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna*, São Paulo: Editora Unesp.
- GOTTDIENER, MARK (1993) - *A Produção Social do Espaço Urbano*, São Paulo: Edusp.
- HANNERZ, ULF (1983) - *Explorer la Ville. Éléments d'Anthropologie Urbaine*, Paris: Les Editions de Minuit.
- HARVEY, DAVID (1990) - *The Condition of Postmodernity. An Enquiry into the Origins of Cultural Change*, Cambridge & Oxford: Blackwell.
- LACOSTE, YVES (1977) - *A Geografia Serve Antes de Mais Para Fazer a Guerra*, Lisboa: Iniciativas Editoriais.
- LYNCH, KEVIN (1982) - *A Imagem da Cidade*, Lisboa: Edições 70.
- MAIRAL BUIL, G. (1994) - “Perder el Pueblo. Antropología Aplicada y Política Hídrica”, in *Revista de Antropología Social*, nº 2, Ed. Complutense.
- MAIRAL BUIL, G.; BERGUA, J. A. y PUYAL, E. (1993) - *Estudio del Impacto Sociocultural derivado de la regulación del río Esera (1976-1992)*, Zaragoza: Confederación Hidrográfica del Ebro.
- NEVES, TIAGO (1998) - “Surrealismo e Etnografia. Relações Antigas, Debates Actuais” in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Vol. 38 (3-4), 1998.
- SILVANO, FILOMENA (1997) - *Territórios da Identidade. Representações do Espaço em Guimarães, Vizela e Santa Eulália*, Lisboa: Celta Editora.
- STOFFLE, R. e al. (1991) - “Risk Perception Mapping: Using Ethnography to Define the Locally Affected Population for a Low-Level Radioactive Waste Storage Facility in Michigan” in *American Anthropologist*, September, 1991, pag. 611-635.